

Kant, Aristóteles e a ciência do ser enquanto ser ¹

Vera Cristina de Andrade Bueno

Departamento de Filosofia, PUC-Rio

Não há dúvida de que sabemos das grandes diferenças possíveis de serem estabelecidas entre as filosofias de Aristóteles e Kant, a começar por aquelas decorrentes da distância no tempo. No entanto, minha intenção é a de buscar semelhanças. Não muitas, mas poucas e creio que significativas. Essas semelhanças concentram-se especialmente nas relações estabelecidas pelos dois filósofos entre lógica e ontologia. No que se segue, procuro assinalar os principais pontos concernentes às relações entre essas duas disciplinas nas filosofias de Aristóteles e de Kant. Além disso, pretendo sugerir de que modo Kant procura resolver uma das principais dificuldades resultantes do fato de a lógica ter sido usada para fundamentar a ontologia, fundamentação essa com a qual se deparou a tradição filosófica, especialmente no período moderno: a certeza de que os princípios e as relações lógicas não são apenas necessários, mas são também suficientes para fundamentar a ontologia.

¹ Este texto está baseado nos resultados do curso de Filosofia Geral, dado na PUC-Rio no primeiro semestre de 2001, durante o qual foram tratadas questões relativas à busca dos primeiros princípios do ser e do conhecer. O curso privilegiou Aristóteles e Kant como os filósofos que mais teriam contribuído nessa busca. Gostaria de agradecer a três pessoas, que em diferentes momentos e por diferentes razões ajudaram a esclarecer algumas questões: os professores Maura Iglésias e Luiz Carlos Pereira, com os quais discuto não raramente questões relativas a Aristóteles e Kant e Ruth Naidin, minha amiga que, durante o período em que foi minha aluna, sempre foi um estímulo para o desenvolvimento de meus cursos. Uma primeira versão do texto foi apresentada no III Congresso da Sociedade Kant, em Itatiaia-RJ, em novembro de 2001.

Kant é o primeiro a nos levar a ver, em várias passagens da *Crítica da razão pura*², pontos em comum à sua filosofia e à de Aristóteles. A tópica transcendental, no Apêndice à Analítica, é uma delas. Ao introduzir sua tópica transcendental, Kant se refere à tópica lógica de Aristóteles. À primeira vista, pode parecer que, ao propor sua tópica e se referir a Aristóteles, Kant esteja interessado, principalmente, em chamar a atenção para as diferenças e não para as semelhanças entre as duas tópicas, pois ele lembra o fato de os oradores terem desvirtuado os ensinamentos contidos nos *Tópicos*. Mas, também podemos admitir que, para Kant, Aristóteles teria proposto um procedimento que, a princípio, poderia ser adequado para se lidar com as dificuldades decorrentes das proposições problemáticas, mas que, em função de seu uso indevido, acabou tendo de ser rejeitado por não mais servir ao fim proposto. Propor uma tópica transcendental no interior de uma obra que tem o estatuto de uma filosofia crítica pode significar justamente o reconhecimento, por parte de Kant, da validade originária do procedimento aristotélico para uma tarefa análoga à sua: estabelecer os critérios que impediriam a razão, em suas atividades, de cair nas ciladas armadas pela própria razão³. Kant também se refere a Aristóteles no Prefácio à segunda edição da CRP. Ao tratar da situação em que se encontravam as diversas ciências, ele se refere à lógica como um tipo de saber que conseguiu bons resultados, exatamente porque sua estrutura e seus limites foram inteiramente determinados por Aristóteles⁴. Além dessas referências, Kant organiza, internamente, a CRP em analítica e dialética, divisão análoga àquela dos principais textos que compõem o *Organon* aristotélico (*Analíticos e Tópicos*)⁵.

Assim, levando em consideração essas referências, creio que seria possível afirmar, sem muitos erros, que ambos adotam os seguintes procedimentos para fundamentar suas respectivas ontologias. Ambos

2 De agora em diante CRP. A paginação usada nas referências e citações segue a numeração da edição A (1781) e B (1787), da edição crítica de Raymond Schmidt, (1930), Hamburg: Felix Meiner, 1956, usada na tradução portuguesa da editora Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994.

3 CRP A268/B324

4 CRP BVIII-IX

5 Cf. Tonelli, G. Der historische Ursprung der kantischen Termini "Analytik" und "Dialektik". In: *Archiv für Begriffsgeschichte*. T.VII, 1962, p. 121.

1. propõem um procedimento crítico para a investigação dos primeiros princípios da ciência do ser enquanto ser⁶;

2. propõem a análise dos elementos constitutivos da proposição como o meio a partir do qual a ciência que trata do ser poderia ser fundamentada;

3. pressupõem que os elementos constitutivos da proposição determinam, ainda que não do mesmo modo, o domínio de objetos sobre os quais versa a ciência do ser, isto é, a ontologia, ou na linguagem de Kant, a analítica do entendimento.

A seguir tratarei de cada um desses três procedimentos.

1. Investigação dos primeiros princípios da ciência do ser enquanto ser

Encontramos, na história do pensamento filosófico, pensadores interessados em determinar os primeiros princípios de uma ciência e mesmo de diversas ciências, mas não encontramos muitos que se proponham a investigar antes se, e em que condições, isso pode ser feito. Uma investigação dessa natureza, no entanto, é o que Aristóteles e Kant se propõem a fazer. Aristóteles faz isso notadamente no livro I dos *Tópicos*⁷. Ele deixa bem claro, ao referir-se à utilidade da dialética, que ela é uma disciplina crítica útil para a investigação dos primeiros princípios das diversas ciências. Kant, por sua vez, faz isso nos Prefácios e na Introdução da CRP, ao discorrer sobre a natureza dos primeiros princípios da matemática e da física⁸.

6 Não é comum o uso da expressão "ciência do ser enquanto ser" para nos referirmos ao trabalho de Kant na CRP. Essa é uma expressão nitidamente aristotélica para o tratamento de uma ciência geral, que investiga os atributos mais gerais do ser, tema do livro IV da *Metafísica*. No entanto, como na CRP Kant investiga as condições de possibilidade, a extensão e a validade do conhecimento humano, em função do modo segundo o qual determinarmos os seres, não me parece de todo descabido usar a expressão "ciência do ser enquanto ser" para me referir ao trabalho de Kant na CRP. Nesse texto, essa expressão será usada como sinônima de ontologia. A respeito do tratamento que Kant dá à questão do ser conferir o verbete "Ser" no *Dicionário Kant*, de Howard Claygill. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

7 *Tópicos*, I, 101a35-101b5. Edição *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

8 Cf. nota 4, acima, e B14-19.

Nos *Tópicos*, a proposta para se investigar a possibilidade de uma proposição ser um primeiro princípio é feita por meio da dialética. A dialética é um procedimento que trata dos raciocínios dialéticos. Os raciocínios dialéticos partem de proposições prováveis, ou seja, proposições problemáticas⁹. As proposições prováveis são as que não são nem axiomas, isto é, proposições evidentes, nem proposições empiricamente verificáveis. São proposições cuja validade é questionável. No entanto, são proposições que não são facilmente descartadas, pois são defendidas pelos mais sábios ou pela grande maioria deles¹⁰. Elas trazem consigo, por isso, um certo respaldo. São proposições do tipo: “tudo se move”, “o ser é único e imóvel” e outras dessa natureza que, como essas, versam sobre assuntos polêmicos, mas que, ainda assim, são defendidas pelos mais sábios. Com o procedimento proposto nos *Tópicos*, Aristóteles quer dar ao “defensor” de proposições semelhantes a essas algumas das condições em função das quais a proposição poderia ter alguma pretensão de validade. As regras, como veremos, têm um estatuto meramente formal, mas, ainda assim, podem dar uma certa validade a uma proposição que, mesmo sendo aceita por muitos, não tem um critério de validade definido. A esse conjunto de regras, exposto nos *Tópicos*, Kant chama de tópica lógica¹¹. Mais adiante tratarei dessas regras. Por hora, gostaria de assinalar apenas a tarefa com a qual se ocupa a tópica lógica. Com os procedimentos expostos nos *Tópicos*, Aristóteles acredita ser possível dar validade ao primeiro princípio de uma ciência, quando o princípio estiver expresso numa proposição problemática. Os procedimentos dariam à proposição um critério, talvez fraco, mas ainda assim um critério, para justificar a pretensão de validade que todo primeiro princípio ergue. Assim, uma proposição que, mesmo não sendo evidente nem empiricamente verificável, conseguir sair vitoriosa de um debate dialético pode ter sua pretensão de validade assegurada, uma vez que ela passou por um processo de discussão e não foi “derrubada”. Um procedimento como esse é importante para as ciências porque elas mesmas não podem justificar

9 *Idem*, I, 100a30.

10 *Idem*, I, 104a10-15.

11 Tópica lógica é o nome dado por Kant para se referir aos procedimentos aristotélicos reguladores dos raciocínios dialéticos. CRP A268/B324.

seus princípios¹². A validade dos princípios, de que toda ciência depende, tem de vir de outra parte.

As proposições problemáticas que interessam a Kant são, em especial, as da metafísica de seu tempo. Diferentemente da matemática e da física, que de algum modo conseguiram estabelecer seus princípios e seu método de desenvolvimento de forma satisfatória, a metafísica ainda não conseguiu fazer isso¹³. Como, no entanto, não seria plausível deixá-la de lado ou, pelo menos, não parece plausível fazer isso sem uma investigação prévia das proposições com as quais ela lida, Kant toma para si a tarefa de procurar para essa ciência suas condições de validade. Nos prefácios da CRP, Kant chama a atenção para as dificuldades nas quais a metafísica se encontra e anuncia sua intenção de investigá-las, de modo a ter condições de decidir sobre a natureza dessas dificuldades, e, assim, tentar resolvê-las. Não é nos prefácios, no entanto, que Kant enfrenta as dificuldades das proposições problemáticas, mas na dialética transcendental e na teoria transcendental do método. Entre a introdução e a dialética, na analítica transcendental, Kant desenvolve o instrumental que o capacita a lidar com as proposições problemáticas de uma forma, para ele, decisiva¹⁴. Ainda que esse instrumental não seja exatamente como o de Aristóteles, guarda, no entanto, com o dele uma profunda semelhança. Para Kant, também os primeiros princípios das ciências, em especial os primeiros princípios da metafísica, não são nem proposições evidentes, isto é, analíticas, nem proposições empiricamente verificáveis, mas, na linguagem de Kant, são proposições sintéticas *a priori*. São proposições que não têm nem a “evidência”, resultante da análise, das proposições analíticas nem a possibilidade de verificação empírica, fundamento das proposições sintéticas *a posteriori*. São proposições que têm a mesma relação com a pretensão à verdade que as proposições prováveis. Isto é, a pretensão delas à verdade precisa ser validada.

12 *Tópicos*, I, 101a35-101b.

13 CRP AVII-VIII/BXIV-XV.

14 Em suas obras anteriores à CRP, Kant já apresenta críticas à metafísica, críticas que serão retomadas na CRP. Mas no período entre a Dissertação de 1770 e a primeira edição da CRP (1781), Kant se propõe a elaborar de forma mais consistente e sistemática a base de sua crítica. Essa base corresponde ao que, na CRP, Kant intitula “analítica do entendimento”.

Toda a analítica transcendental da CRP revela o esforço de Kant para fazer isso. No apêndice à analítica, na “anfibologia dos conceitos de reflexão”, onde trata da reflexão transcendental e da tópica transcendental, Kant apresenta e defende, resumidamente, as vantagens de sua estratégia.

2. A análise dos elementos da proposição

O ponto de partida de Aristóteles e de Kant para lidar com os princípios da ciência do ser enquanto ser é, como vimos, a procura de um caminho que possa levá-los a determinar a validade dos primeiros princípios dessa ciência. O caminho por eles encontrado, como veremos a seguir, tem seu fio condutor no exame dos elementos da proposição, a saber, no exame das relações entre o sujeito e o predicado. Ao tratarem dessas relações, o que é levado em conta não é exatamente o mesmo, mas, ainda assim, o fato de ambos se fiarem no exame das relações entre o sujeito e o predicado da proposição é um dado que não deve ser desprezado.

Nos *Tópicos* I, o objetivo de Aristóteles é mostrar que o propósito da dialética é tornar a proposição mais próxima possível de um axioma, de uma proposição evidente. O procedimento proposto para atingir esse objetivo é procurar tornar a proposição o menos ambígua possível. Nesse caso, o melhor é colocá-la na forma predicativa e, se possível, “definitória”, a saber, na forma de uma *quasi* definição¹⁵. No entanto, mesmo que esse procedimento seja necessário para o esclarecimento de uma proposição, ele ainda não é suficiente. Pois há, para Aristóteles, várias maneiras de se dar definições. A definição pode ser *genérica*, *accidental*, *própria* e *essencial*, (que constitui a definição propriamente dita). Não entrarei, aqui, no pormenor de cada um desses casos, mas refiro-me a eles em geral para indicar apenas a estratégia da tópica lógica para lidar com as dificuldades das proposições problemáticas.

15 *Tópicos*, I, 102a10 e 102b30-35.

A princípio, portanto, as propostas de Aristóteles para lidar com proposições desse tipo são as seguintes:

- a) transformar as proposições problemáticas em definições ou *quasi* definições; e
- b) ter em conta que as definições pressupõem a estrutura predicativa das proposições.

Podemos reconhecer, no livro IV da *Metafísica*, a aplicação dos procedimentos estabelecidos nos *Tópicos*. No primeiro capítulo do IV livro, Aristóteles procura pela ciência do ser enquanto ser e pelos atributos essenciais do ser¹⁶. Para fazer isso, ele precisa estabelecer o princípio no qual essa ciência se baseia. Segue, então, os procedimentos estabelecidos nos *Tópicos*, especialmente nos do primeiro livro. Nesse livro, como vimos, Aristóteles vincula a validade da proposição aos tipos possíveis de definição, em função da relação que o sujeito e o predicado têm entre si. Assim, também, uma ciência como a do ser enquanto ser tem de ter como primeiro princípio uma proposição, cuja validade possa ser garantida pela relação entre os elementos da proposição. Ora, a proposição que vai exercer o papel de primeiro princípio da ciência do ser enquanto ser diz o seguinte: “é impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao mesmo tempo, ao mesmo sujeito, sob a mesma relação”¹⁷. Nessa formulação está implícito o seguinte: a determinação do sujeito é dada pelo atributo, isto é, pelo predicado da proposição. Assim, para determinarmos o que uma coisa é, precisamos da determinação dada pelo predicado, do contrário, não sabemos como pensar a coisa. Mas se afirmamos e, ao mesmo tempo, negamos o mesmo predicado do mesmo sujeito, ou seja, se dizemos “s é p” e “s é n p”, na verdade, não predicamos nada de “s”, não temos nenhuma determinação, não temos, portanto, nenhuma proposição e não temos o que pensar. Sem termos o que pensar, não podemos ter nenhum princípio, pois um princípio nada mais é do que um modo de se determinar e, portanto, de se “ver” o sujeito da proposição. Nesse caso, estaríamos pres-

16 Cf. *Metafísica* 1003a 20. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 87.

17 *Op. cit.*, 1005b 19.

supondo apenas que o sujeito estaria, de algum modo, “dado”, a saber, que ele estaria presente para nós, mas não teríamos dele nenhuma determinação, isso quer dizer que não teríamos como saber qual é o caso.

A predicação é, portanto, o fundamento de toda determinação. E como, de acordo com os *Tópicos*, a melhor forma de estabelecermos, de modo claro, a determinação do sujeito da proposição é dar a ela a forma de uma definição, Aristóteles estaria no livro *Gama*, reforçando a exigência fundamental dos *Tópicos*. O que haveria de comum entre esses dois textos é que toda determinação clara exige a forma predicativa da proposição. No entanto, como veremos mais adiante, essa exigência, para uma ciência como a do ser enquanto ser, vai trazer conseqüências para toda a orientação futura da filosofia e, em especial, para a orientação da ontologia. Retornarei a essa questão mais adiante, na parte 3. Antes, porém, apresentarei o modo como Kant lida com essa questão.

Assim como Aristóteles, Kant também procura eliminar as ambigüidades existentes nas proposições. Ele vai fazer isso por meio de um exame das proposições e do estabelecimento de distinções, entre seus elementos constituintes, no que diz respeito à natureza de seus conteúdos, isto é, se são analíticas ou sintéticas. Se o conteúdo do predicado for decorrente da análise do conteúdo do sujeito, a proposição é analítica e sua validade é dada justamente por essa análise. Se sua validade não puder ser garantida por uma análise dessa natureza, a validade terá de vir de outra parte e, nesse caso, a proposição é sintética. Se a proposição for empírica, a validade da proposição sintética tem de ser buscada na experiência. Se a proposição não for empírica, as condições de sua validade não poderão ser buscadas na experiência. A solução kantiana para a validação das proposições sintéticas *a priori* é fundamentá-las nas condições humanas de conhecimento, pois se trata de proposições que antecedem a experiência. Elas se fundam, segundo Kant, nas faculdades que o ser humano tem, a seu dispor, para poder conhecer e fazer ciência. Estar fundada nas condições humanas de conhecimento explicaria porque as proposições são *a priori*, mas não porque elas são sintéticas. A possibilidade do acréscimo que o predicado faz ao sujeito, que caracteriza as proposições sintéticas, ainda tem de ser explicada. Essa questão será tratada mais adiante, ao nos referirmos à tópica transcendental.

Um procedimento como esse nos leva a pensar que as soluções apresentadas pelos dois filósofos são diferentes, pois a distinção entre as proposições analíticas e as sintéticas não faz parte da solução aristotélica para eliminar as ambigüidades das proposições, nem tampouco as condições subjetivas por meio das quais podemos ter conhecimento. De fato, por um lado, a proposta aristotélica é transformar proposições problemáticas em proposições predicativas, “definitórias”, por outro, a proposta de Kant é dar validade às proposições sintéticas *a priori*, que vão constituir os primeiros princípios da ciência do ser. Isso poderia nos levar a concluir que eles estejam propondo soluções, se não opostas, pelo menos, diferentes.

No entanto, podemos ainda resgatar algo em comum nesses procedimentos: da mesma maneira que Aristóteles distingue, no interior do modelo predicativo da proposição, diferentes tipos de predicação (predicação genérica, essencial, etc.), de modo análogo, Kant distingue, na estrutura predicativa da proposição, as proposições analíticas das proposições sintéticas. Para Kant, assim como para Aristóteles, todo princípio tem uma estrutura predicativa, mas isso não significa que a predicação, para Kant, tenha, como tem para Aristóteles, a característica de uma definição. Para Kant, na filosofia, os princípios dificilmente são definições, pois nessa ciência não se parte de definições, chega-se a elas¹⁸. Mas, se, para Kant, os princípios da filosofia e, portanto, da ciência do ser enquanto ser não são definições nem *quasi* definições, nem tampouco axiomas, o que garantiria a validade dos princípios?

Como vimos, a validade de uma proposição, e de uma proposição que vai exercer o papel de primeiro princípio, depende do estabelecimento

18 Diferentemente do que acontece na matemática, onde se parte de definições, na filosofia isso não acontece. Na matemática, parte-se de definições porque seus conceitos exibem o objeto correspondente na intuição. As definições matemáticas, nesse caso, são, além de claras, evidentes. Elas têm o estatuto de um axioma. Os conceitos (puros) da filosofia são dados por nossas faculdades cognitivas, às quais não temos diretamente acesso; assim os conceitos não têm nem a clareza nem a evidência dos conceitos matemáticos. Precisamos de vários outros conceitos e intuições para darmos validade aos conceitos puros. Esse é o esforço de Kant na CRP. Aristóteles e Kant parecem concordar com o fato de que, em filosofia, não se pode seguir o modelo da matemática, como queriam Platão e seus seguidores. A respeito da possibilidade de se dar definições em filosofia e da distinção entre as definições em filosofia e em matemática, cf. CRP A241-142 e A730-738/B758-766.

de regras prévias que vão ser empregadas para testar a proposição. No caso da tópica lógica de Aristóteles, trata-se de regras que possibilitam tornar uma proposição numa definição ou numa *quasi* definição. Para Kant, essas regras são as da tópica transcendental. A tópica transcendental distingue as representações em função de sua origem. A distinção de origem não se resume apenas em saber se a representação é empírica ou *a priori*, pois essa é uma distinção que, a essa altura, já está pressuposta, mas uma distinção a ser estabelecida no âmbito das representações *a priori*: a distinção entre as que têm origem na sensibilidade e as que têm origem no entendimento. A distinção entre sensibilidade e entendimento vai ser o elemento que faltava para Kant poder justificar a validade das proposições sintéticas *a priori*.

Se, para Aristóteles, a tópica lógica, com sua distinção entre os tipos possíveis de predicação, impede que aquele que faz uso de uma proposição problemática se envolva em situações embaraçosas, para Kant, da mesma forma, a tópica transcendental, com sua distinção entre os tipos possíveis de representação (da sensibilidade ou do entendimento), também impede que aquele que faz uso de uma proposição problemática caia em situações embaraçosas. O primeiro princípio do conhecimento para Kant exige a distinção, em função de sua origem, das representações que vão ocupar o lugar do sujeito daquelas que vão ocupar o lugar do predicado nas proposições, eliminando, assim, a ambigüidade da proposição, de modo a garantir as condições possíveis de uma experiência¹⁹. A formulação de um princípio que exige uma distinção de origem, relativamente ao conteúdo das representações que vão ocupar o lugar do sujeito e do predicado numa proposição, nos conduz ao terceiro

19 Kant formula o princípio da seguinte maneira: "todo objeto [da experiência] está submetido às condições necessárias da unidade sintética do diverso de uma intuição numa experiência possível." (Cf. A158/B197)

Esse princípio quer dizer o seguinte: um objeto da experiência pressupõe representações da sensibilidade, as intuições, e do entendimento, os conceitos, que dão unidade às intuições, determinando-as de algum modo. Assim, um princípio tem de conter tanto representações da sensibilidade quanto do entendimento. Se o sujeito da proposição for um conceito, ele tem de poder referir-se a intuições. A respeito da relação entre sujeito e predicado, por um lado, e intuição e conceito, por outro, ver *On the form and principles of the sensible and intelligible world* [Dissertação] (1770), tradução para a língua inglesa de David Walford in collaboration with Ralf Meerbol. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, &24, p. 407.

ponto de comparação entre as filosofias de Aristóteles e de Kant. Esse ponto diz respeito ao modo de acesso aos objetos dessa ciência.

3. O domínio de objetos da ciência do ser enquanto ser

Estamos tratando dos pontos de semelhança entre as filosofias de Aristóteles e de Kant no que diz respeito às relações entre lógica e ontologia. Vimos que para ambos é necessária a investigação das condições de validade das proposições que não são evidentes e ainda assim exercem o papel de primeiro princípio de uma ciência, e, em especial, da ciência do ser enquanto ser. Vimos também que, para eles, as condições de validade têm seu fundamento nas relações entre o sujeito e o predicado da proposição. A seguir vou apresentar a maneira pela qual, no meu entender, Aristóteles e Kant estabelecem a relação entre os princípios da ciência do ser enquanto ser e o domínio de objetos ao qual a proposição, que vale como um princípio para essa ciência, se refere.

Nos *Tópicos*, como vimos, a proposta aristotélica para eliminar a ambigüidade de uma proposição, e especialmente de uma proposição que vai servir de primeiro princípio, é procurar dar a ela a forma de uma definição ou de uma *quasi* definição. Mas Aristóteles também afirma que uma definição por si só não abarca a questão da existência ou não-existência da coisa definida²⁰. Como, então, conciliar a necessidade de que um princípio seja claro, seja como uma definição, e, além disso, possa referir-se a um domínio de objetos? Se acrescentarmos à definição as condições necessárias para que ela possa referir-se a um domínio de objetos conciliamos as duas exigências. A proposição teria, então, a clareza de uma definição e, com os acréscimos necessários, faria referência a um domínio de objetos. Mas, como veremos a seguir, a ciência do ser enquanto ser apresenta dificuldades próprias que requerem uma atenção especial no que diz respeito à determinação de seu domínio de objetos.

20 *Posterior Analytics* 76b 35. Tradução para a língua inglesa de Hugh Tredennick. In: Loeb Classical Library, Cambridge: Harvard University Press, 1960.

Na seção anterior vimos que um primeiro princípio precisa ter a forma predicativa, pois a determinação do sujeito é feita pelo predicado. O predicado determina o sujeito que supostamente se refere a um objeto²¹. No caso da ciência do ser enquanto ser, o que tem de ser determinado é o ser enquanto sendo determinado como “ser”. Mas se a determinação é dada pelo predicado e o predicado é um conceito, e se todo conceito tem um modo de existência universal, como, então, pensar “ser” como um conceito? De acordo com a proposta aristotélica de formação dos universais, “ser” não pode ser um universal, não podendo, portanto, ser um conceito. “Ser” não é um conceito (universal) porque um conceito exige um procedimento mental por meio do qual, de uma pluralidade de coisas comparadas, se separa o que é comum a elas daquilo que as distingue entre si, ou seja, suas características individuais. A esse comum, Aristóteles chama de universal. Ora, o universal exige que as diferenças sejam deixadas de lado. O universal, portanto, tem uma unidade genérica, pois “o que é comum” é comum a uma pluralidade de coisas e por isso “o comum” se constitui num gênero. Um gênero pressupõe, sempre, outros gêneros, dos quais ele se distingue. Mas “ser” diz respeito a tudo, ainda que não da mesma maneira²². O que é comum não deixa, por isso, de ser um tipo de ser, já que o universal tem uma existência, ainda que abstraída, mas que nem por isso deixou de ser alguma coisa, não uma coisa real, existindo independentemente de nosso pensamento, mas, ainda assim, alguma coisa. O que foi deixado de lado, por sua vez, também tem uma existência e, nesse sentido, também é ser. Não há, portanto, possibilidade de, legitimamente, predicar “ser” de modo que o sujeito da proposição receba com isso uma real predicação, isto é, tenha um sentido determinado. Assim, “ser” não pode, legitimamente, ser um predicado. Mas “ser” também não está livre de problemas se ele ocupar o papel de sujeito. Sem o acréscimo de algum indicador, “ser” não nos possibilita identificar uma coisa determinada. Ele nos faz pensar em tudo de um modo geral, sem distinção. Isso significa que esse termo não serve tampouco para ocupar o lugar de sujeito numa proposição.

21 *Idem*, 90a 10-15.

22 *Metafísica*, 1003a 31/1003b 20.

No entanto, Aristóteles encontra na substância alguma coisa que é primeiramente ser e que de algum modo poderíamos reconhecer como sendo mais ser do que o universal, porque ela existiria antes do universal. “Substância” representaria, nesse caso, o indivíduo existente e um existente tal que receberia outras determinações relativamente à sua individualidade²³. Ela é algo que existe em si, e não em outro. Além disso, a abstração do universal dependeria da existência prévia da substância e de sua unidade. Mas, ainda assim, uma dificuldade permanece: como reconhecer o que é substância no meio de outros seres?

O que é substância, em cada ser individual, é algo ao qual, entre as coisas que nos são dadas no mundo, não temos, diretamente, acesso. Temos acesso às determinações da substância, às qualidades sensíveis, que são antes os acidentes – que existem na substância – e não à substância ela mesma. A partir dos acidentes a substância é pressuposta, mas não percebida. Ainda que aparentemente Aristóteles esteja referindo-se à substância que está subjacente aos acidentes, o fato de não se ter um meio de determinação preciso daquilo que corresponde à “substância”, essa expressão acabou sendo utilizada para indicar tudo aquilo que é pressuposto no que diz respeito à existência, mas ao qual não temos acesso. Uma pressuposição dessa natureza acaba levando a que “substância” seja usada para indicar aquilo que poderia existir independentemente da existência dos dados sensíveis, os acidentes. Dar à substância o sentido de algo que existe primeiro possibilitou que essa expressão fosse usada das maneiras as mais variadas, para vários tipos de seres, inclusive para a existência do ser supremo. Essa maneira de tratar o domínio dos objetos da ciência do ser enquanto ser tornou-o tão amplo

23 “Em muitos sentidos se pode dizer que uma coisa ‘é’, mas tudo que ‘é’ relaciona-se a um ponto central, uma espécie definida de ser.” (*Metafísica* 1003a 30-35) “De modo que também são vários os sentidos em que dizemos que uma coisa ‘é’, mas todos eles se referem a um só ponto de partida; algumas coisas são pelo fato de serem substâncias, outras por serem modificações da substância, outras por representarem um trânsito para ela.” (*Idem*, 1003b 5-10)

que ele não pode satisfazer à exigência de rigor de acordo com a qual o domínio de objetos de uma ciência tem de ser delimitado²⁴.

Aristóteles teve o mérito de ter pensado na possibilidade de uma ciência que fosse a mais geral possível e que servisse de fundamento para que pudessemos determinar todas as coisas que existem. Mas, para fazer isso, ele teve de abrir mão de uma série de distinções relativas ao domínio de objetos que acabaram dificultando a implantação dessa ciência em bases sólidas.

As dificuldades decorrentes da indistinção do conceito de substância na ontologia aristotélica e a apropriação desse termo pela tradição filosófica, que o relaciona com o sujeito da proposição (que o vê de modo análogo ao sujeito da proposição) e toma os acidentes como predicados, fazem com que Kant se proponha a investigar as condições de possibilidade de uma relação mais precisa entre a forma predicativa da proposição e o domínio do ser e da substância. Isso faz com que ele prossiga na investigação da relação entre o sujeito e o predicado da proposição com a finalidade de encontrar um procedimento que determine o uso legítimo, não ambíguo, do conceito de substância. Para isso, ele procura as condições de acordo com as quais a posição do sujeito da proposição poderia indicar um modo de acesso a objetos em função de uma determinação desses objetos, pois Kant, como Aristóteles, afasta por completo a possibilidade de que "ser" possa ser usado como predicado.

A solução kantiana está vinculada a uma estratégia que leva em conta as condições humanas de conhecimento, que consideram o fato de que proposições são produtos da razão humana, duplamente estruturada, com um poder sensível e um poder inteligível. A sensibilidade seria a faculdade que possibilitaria o acesso da razão às coisas que, com a ajuda do entendimento, vão constituir o domínio de objetos aos quais as proposições se

24 Talvez não seja de todo equivocado dizer o seguinte: ao procurar tornar a noção de "ser" mais precisa e dizer que "ser" é primeiramente substância da qual os acidentes dependem, Aristóteles estaria, de algum modo, resgatando o modelo da forma predicativa da proposição. O que caracterizaria a noção de substância seria a noção de alguma coisa que existiria como determinada por outra, assim como o predicado determina o sujeito. Nesse sentido, a relação sujeito-predicado, com as determinações lógicas que ela implica, seria suficiente para caracterizar a relação substância e acidente. A ontologia seria, então, diretamente decorrente, sem nenhum acréscimo, da lógica aristotélica.

referem²⁵. Kant parece entender que, por não partir do pressuposto de que quem quer conhecer e fazer ciência é o homem, um ser que se encontra no mundo com outros seres, a ciência do ser enquanto ser aristotélica não determinou o modo, humano, de acesso ao ser. Não levar em conta os limites estabelecidos por nossa natureza racional e sensível gera uma série de impasses na ontologia, e especialmente na metafísica, impasses esses que Kant chama de anfibolias²⁶.

Se os princípios da ciência aristotélica do ser enquanto ser possibilitam que se pressuponha uma existência real para os seres a partir do papel que a noção de substância desempenha na relação sujeito-predicado, já que ela é vista como aquilo que corresponde ao que o sujeito da proposição pressupõe, poderíamos dizer que Kant pretende, por meio de sua filosofia crítica, dar as condições humanas para que o conceito de substância possa ter uma existência real e não apenas uma existência pressuposta em função do papel que ele possa ocupar na proposição.

Se traduzirmos o que Kant pretende por meio de sua filosofia crítica podemos dizer o seguinte: para que seja possível admitir a existência real de uma coisa, ela tem de ser uma coisa do domínio de uma experiência possível. Isso, por sua vez, requer o seguinte: a possibilidade da experiência depende da capacidade humana de ser afetada por alguma coisa diferente dela, ou seja, depende do que Kant chama de sensibilidade e da capacidade humana de ter sensações²⁷. Mas se uma sensação não puder ser determinada como

25 Sobre a estratégia kantiana de levar em conta as condições humanas de conhecimento, ver as considerações de Henry Allison a esse respeito em *Kant's Transcendental Idealism*. New Haven: Yale University Press, 1983, p. 63-129.

26 H. Claygill, no verbete "Anfibolia", compara o uso que Kant faz desse termo com o uso que Aristóteles faz. "Anfibolia é um termo extraído da retórica clássica. Anfibolia denota a ambigüidade de uma frase, proveniente de um arranjo equivocado de termos que, neles mesmos não são equivocados." Cf. *A Kant Dictionary*. Oxford: Blackwell, 1995. Nas *Refutações sofisticas* (165b), Aristóteles trata de um dos casos possíveis de anfibolia. Ao resgatar essa expressão e empregá-la, Kant indica também um caso de equivocidade proveniente de não se levar em conta a distinção entre as representações que têm origem na sensibilidade e as que têm origem no entendimento. A reflexão transcendental seria o procedimento a ser adotado para se evitar esse tipo de problema (CRP A260-261/B316-317).

27 Cf. CRP A19/B33.

sendo disso ou daquilo, não nos serve cognitivamente de nada. É preciso que sejamos capazes de determinar essa coisa que nos afeta. Essa capacidade de determinação é dada primeiramente pelo entendimento, que é nosso poder não só de pensar, mas também de determinar o que nos afeta por meio de conceitos oriundos do próprio entendimento. A possibilidade da experiência é, portanto, condicionada pela união entre os dados das sensações, espaço-temporalmente organizados, e os conceitos do entendimento, que organizam os dados segundo regras. “Substância” é, portanto, para Kant um conceito que organiza as representações da sensibilidade, representações espaço-temporalmente determinadas. Isso significa que pensar uma coisa como substância exige que algo sensível nos seja dado. Porque os dados sensíveis são mutáveis, nosso modo de pensar exige alguma coisa permanente na qual a mudança pode ocorrer. Assim, diante de algo mutável, de um acidente, exigimos a “presença” da substância. Trata-se, portanto, de uma relação entre dados empíricos e aquilo que eles necessariamente pressupõem²⁸. O conceito kantiano de substância exige, portanto, a concordância entre as condições formais, isto é, condições decorrentes de nossas faculdades cognitivas, sensibilidade e entendimento, e as condições materiais, condições que dão conteúdo às condições formais: as sensações. Com isso, Kant cuida para que não se deixe de levar em conta a distinção entre uma existência pressuposta logicamente e uma existência que, além disso, leva em conta o que é dado na sensibilidade.

Considerações finais

Para Aristóteles, a determinação dos primeiros princípios de uma ciência vai depender da possibilidade de esses princípios poderem ser aceitos como

28 Na cópia de Kant da primeira edição encontra-se a seguinte nota relativamente à primeira analogia, que trata de provar a relação necessária entre a substância (o que permanece) e o acidente (o que é mutável), de que toda experiência depende: “aqui a prova deve ser conduzida de tal modo que ela se aplique apenas a substâncias como fenômenos do sentido externo, conseqüentemente [fenômenos] no espaço, os quais existem em todo o tempo com suas determinações.” (E LXXX, p.32; 23:30, *apud* Paul Guyer, tradução da CRP para a editora Cambridge, p. 299)

plausíveis, isto é, de eles terem a validade análoga à de um axioma ou pelo menos de uma proposição provável. Neste último caso, a proposição tem de se apresentar de forma menos ambígua possível. Isso requer a forma predicativa da proposição e a determinação dos diversos tipos de definição. Aristóteles dá as regras para isso nos *Tópicos*. No livro *Gama da Metafísica*, Aristóteles retoma as exigências dos *Tópicos* para estabelecer os primeiros princípios da ciência do ser enquanto ser. A ênfase dada à estrutura predicativa da proposição para a determinação de sua validade reforça o vínculo profundo, e talvez necessário, entre lógica e ontologia, já insinuado nos *Tópicos*. Mas esse vínculo pode gerar um problema se ele for tomado como sendo suficiente para o estabelecimento da ciência do ser enquanto ser²⁹. Ou seja, como vimos, tomar “substância” como um termo para indicar uma existência pressuposta não resolve o problema da necessidade de se eliminar a ambigüidade da palavra “ser” pois, “substância” traz consigo o sentido de uma pressuposição, muitas vezes independentemente da presença de dados sensíveis, o que acaba ampliando o domínio de objetos da ciência do ser. Essa ampliação impede que o conceito de substância possa, por si, só valer para se referir a um domínio de objetos determinado.

A intenção de Kant na CRP é precisamente livrar a ciência do ser enquanto ser de tal impedimento, tentando encontrar um procedimento que possa organizar e mesmo limitar o domínio daquela ciência. Kant torna explícitos os elementos necessários para dar realidade e validade objetivas aos elementos que ocupam o papel de sujeito e de predicado das proposições que vão exercer o papel de princípios da ciência do ser enquanto ser. De fato, o que é, realmente, ser para Kant é primeiramente aquilo que puder ser posto para um sujeito por meio da sensibilidade e o que o ser é, em sua unidade, é determinado pelos conceitos do entendimento. Como o objeto é constituído

29 No *Discurso de metafísica* (Coleção *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974), Leibniz define nominalmente substância individual como aquilo que recebe uma série de predicados e que por sua vez não pode ser atribuído a nenhum sujeito. De acordo com o próprio Leibniz, porém, essa não é uma definição suficiente, para se dar uma definição real de substância. Para isso, é preciso que se acrescente à definição nominal todos os predicados que constituem a substância em sua individualidade e que faz com que ela se distinga de todas as outras. Ainda que Leibniz assinala a necessidade de se acrescentar algo à definição nominal, o que é acrescentado se mantém, mesmo assim, no interior de uma relação lógica entre o sujeito e o predicado da proposição.

tanto por aquilo que é dado na sensibilidade quanto pelo que é determinado pelo entendimento, a coisa e a determinação de sua existência estão sempre juntas na proposta kantiana. Assim, a determinação do modo de existência dos seres não só dependem inteiramente das condições da racionalidade humana, como também têm um sentido inteiramente unívoco: são fenômenos.

No caso da ciência aristotélica do ser enquanto ser, os seres, ou seja, aquilo sobre o que versa essa ciência, acabam não tendo nenhuma determinação precisa, porque o ponto a partir do qual são considerados não é levado em conta, nem tampouco as limitações inerentes a esse ponto de partida. Assim, o “ser” é considerado apenas em função de seu significado. Nesse caso, ser é uma palavra homônima. Isso quer dizer que os seres os mais diversos têm o mesmo nome, o que leva a ter de admitir um domínio de objetos com a mesma extensão que o significado da palavra ser. E dizer que os seres são, primeiramente, substância ainda não traz consigo nenhuma determinação satisfatória, porque o conceito de substância indica aquilo que recebe outras determinações, mas não especifica o tipo de existência ao qual o conceito se refere. Pode ser tanto algo existente no mundo empírico como algo existente fora desse mundo. A determinação precisa do tipo de existência ao qual a substância se refere não faz parte do conceito mesmo de substância.

Para Kant é necessário investigar o que podemos admitir legitimamente como sendo um existente. Essa investigação levou-o a distinguir dois tipos de ser, e conseqüentemente dois tipos de substância: a substância *phenomenon* e a substância *noumenon*³⁰. O primeiro tipo de substância é aquele cuja pressuposição de existência é legítima, se houver um acidente relacionado a ela, ou seja, ela é válida se houver um dado de sensação em função do qual temos de pressupor algo além da mera sensação. Trata-se, portanto, de uma existência que exige que estabeleçamos relações entre as

30 Tomar essa como uma das muitas distinções kantianas pode levantar objeções, uma vez que Kant não coloca a distinção entre coisa em si e fenômeno, que corresponderiam aos dois sentidos de substância, exatamente nesses termos. No entanto, em *Kantian Humility*, Rae Langton procura legitimar a distinção entre coisa em si e fenômeno dessa maneira. Nas páginas 20-24 ela trata especialmente de justificar o uso de substância nesses dois sentidos. Cf. *Op. cit.* Oxford: Oxford University Press, 1998. A esse respeito conferir também CRP A249 e *Prolegômenos*, §32.

coisas. Há coisas em nosso mundo empírico que são mutáveis e que exigem algo permanente para que a mudança seja possível. Tal exigência traz consigo uma forma temporal, a duração, pois uma substância, diferentemente do acidente, é aquilo que permanece enquanto os acidentes se modificam. Assim, ao conceito de substância temos de acrescentar necessariamente a duração, ou seja, a permanência no tempo. O segundo tipo de substância é aquele que poderia ser pensado independentemente dos dados sensíveis, ainda que não nos seja possível pensar em nada se não tivermos algum tipo de sensação. Esse tipo de substância é decorrente das exigências de nosso pensamento, as quais fazem com que não nos limitemos às coisas do mundo empírico. Com essa distinção, Kant talvez tenha conseguido para a ciência do ser enquanto ser uma organização em seu domínio de objetos, a qual eliminaria algumas das dificuldades encontradas na tradição aristotélica, mesmo que a um preço bem alto a ser pago por ela: a limitação da possibilidade de conhecimento somente àquilo que concerne à substância *phenomenon*³¹.

Se nos dois primeiros pontos, anteriormente apresentados, foi possível encontrar um paralelo entre as propostas aristotélicas e kantianas para a investigação dos primeiros princípios da ciência do ser enquanto ser, no terceiro, o que se fez principalmente foi indicar as principais propostas kantianas para solucionar as dificuldades, as quais a ontologia da tradição aristotélica teve de enfrentar, no que diz respeito ao domínio de objetos da ciência do ser enquanto ser. Se Kant conseguiu alguma solução para os problemas, ela foi alcançada por meio da determinação mais precisa daquilo que pode realmente ser aceito como ser e como substância para uma ciência como a do ser enquanto ser. Além disso, a solução só pode ser alcançada às custas de uma grande limitação, pelo menos no campo teórico da filosofia, limitação essa que, por sua vez, foi insistentemente criticada por Hegel em sua proposta de uma filosofia (ontologia) do Absoluto.

31 Na tradução para a língua inglesa da CRP, Paul Guyer introduz uma série de notas que se encontram no volume da 1ª. Edição da CRP utilizado por Kant. No capítulo “Sobre os fundamentos da distinção de todos os objetos em geral em *phenomena* e *noumena*”, encontramos, entre outras, a seguinte nota: “Categorias não servem para conhecermos as coisas nelas mesmas, mas apenas para ordenar as coisas no espaço e no tempo, i.e., aparências [os fenômenos].” *Critique of Pure Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 338.

Resumo

No artigo proponho-me a comparar alguns aspectos da filosofia de Aristóteles e Kant, concernentes à ciência do ser enquanto ser (ontologia). Parto do pressuposto de que ambos os filósofos utilizam-se da lógica como a disciplina capaz de dar validade à ontologia. A validade dos primeiros princípios da ontologia seria, em última análise, dependente da validade das relações entre o sujeito e o predicado da proposição. Ainda que ambos os filósofos dêem regras para o uso correto dessas relações, as regras por eles propostas não são exatamente as mesmas. No trabalho, proponho-me a mostrar as diferenças entre elas. No entanto, a diferença entre as regras resultará nos diferentes modos por meio dos quais eles constituem o domínio de objetos da ciência do ser. Para Aristóteles, a ciência do ser enquanto ser é válida para todos seres, independentemente de nosso modo de acesso a eles. Para Kant, a ciência do ser enquanto ser é válida apenas para os seres de uma experiência possível.

Abstract

In the paper I compare some aspects of the philosophies of Aristotle and Kant, concerning the science of being (ontology). I start from the presupposition that both philosophers use logic as a science that gives validity to ontology. The validity of the first principles of ontology is centered on the relation between subject and object of a proposition. Even though both philosophers give rules for the relation between subject and predicate, the rules they propose are not exactly the same. In the paper I try to show the differences between the rules proposed. The differences between the rules, however, will result in the different ways they constitute the domain of the objects of the science of being. To Aristotle the science of being is valid to all beings without distinction in the way they exist. To Kant the science of being is valid only to beings of a possible experience.

A categoria da existência na refutação kantiana do argumento ontológico*

Sílvia Altmann

UFRGS - Departamento de Filosofia

O objetivo deste trabalho é (i) apresentar uma hipótese sobre a relação entre o caráter assertórico de um juízo e a categoria da existência, (ii) mostrar que essa relação permite esclarecer os argumentos de Kant no oitavo parágrafo¹ da seção da *Crítica da Razão Pura* que trata do argumento ontológico – no qual Kant aparentemente pretende refutá-lo antes de introduzir qualquer consideração sobre ser a existência um predicado real ou (em seu vocabulário) apenas “lógico” – e (iii) mostrar que é essa relação que está envolvida na caracterização da existência como não sendo um predicado como qualquer outro, desenvolvida por Kant no nono parágrafo².

(i) A hipótese é a seguinte: A forma do juízo assertórico, quando usada sem comprometimento existencial, dá origem a uma proposição “A é B” (caso se trate de uma proposição categórica) que significa simplesmente “Represento-me um A como B”. (Seria o equivalente do que Kant, no texto

* Este trabalho (reproduzido aqui com algumas modificações) foi apresentado no III Congresso Kant, realizado entre 4 e 9 de novembro de 2001 em Itatiaia-RJ. Ele deve muito à orientação do professor Paulo Faria e a discussões com os professores Raul Landim Filho e Balthazar Barbosa Filho.

1 Para comodidade de referência, a seção da *Crítica da Razão Pura* intitulada “Da impossibilidade de uma prova ontológica da existência de Deus” foi dividida em parágrafos.

2 Vários aspectos aqui somente indicados ou supostos são desenvolvidos na minha tese de doutorado ainda em curso, em particular aqueles que tratam da relação entre forma de juízo e categorias em geral, da existência como categoria, da correta expressão de juízos de existência e da sua relação com a refutação do argumento ontológico.